



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Ref. DFD nº 87/2025 - Área requisitante: Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desportos.

DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DOS LOCAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO – RS, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.1** O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado, decorrente de necessidade recorrente de várias Secretarias Municipais do Município de Rodeio Bonito – RS.
- 1.2** A validade do contrato será até a data de 31 de dezembro de 2025, contados a partir da assinatura desta, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme Art. 84, da Lei Federal n. 14.133/21.
- 1.3** Tabela de itens do objeto:

LOTE	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	1	SERVIÇO MENSAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DOS LOCAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO: • CENTRO ADMINISTRATIVO • UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL • ESCOLA MUNDO DA CRIANÇA • ESCOLA EVALDO ROBERTO NICKHORN • ESCOLA GRACILIANO RAMOS • ESCOLA SANTA BÁRBARA • PONTO CIDADE 01 • PONTO CIDADE 02 • PONTO CIDADE 03	MÊS	06	R\$ 2.639,10	R\$ 15.834,60
01		CHAMADO TÉCNICO.	UND	50	R\$ 90,00	R\$ 4.500,00



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

01		HORA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA.	HORA	100	R\$ 70,00	R\$ 7.000,00
01		CÂMERAS COLORIDAS 24H.	UND	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
01		FONTE PARA ALIMENTAÇÃO DE CÂMERAS.	UND	10	R\$ 285,80	R\$ 2.858,00
01		PONTO PARA SISTEMA DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO 24H.	UND	06	R\$ 4.200,00	R\$ 25.200,00

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A necessidade encontra-se justificada em tópicos específicos do Documento de Formalização de Demanda, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2 O município de Rodeio Bonito elaborará seu primeiro plano anual de contratações durante o exercício financeiro de 2025, por esta razão neste momento não existe esta previsão.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de equipamentos para manutenção do sistema de videomonitoramento dos locais e espaços públicos do Município de Rodeio Bonito – RS.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 A empresa contratada deverá dispor de profissionais técnicos especializados, com comprovada capacitação na área de sistemas de videomonitoramento e segurança eletrônica, em quantidade adequada para garantir a correta e eficiente execução dos serviços, conforme especificações da proposta contratada.
- 4.2 A contratada será responsável pela realização de todas as etapas e ações previstas na proposta técnica aprovada, que compreendem, de forma resumida: manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de videomonitoramento já instalados, substituição ou fornecimento de novos equipamentos quando necessário, suporte técnico, reconfiguração de sistemas, testes de funcionamento e atualização de software e firmware dos dispositivos de gravação, câmeras e demais componentes.
- 4.3 Nos custos do serviço deverão estar inclusos todos os gastos certos ou eventuais, diretos ou indiretos, tais como transporte de pessoal, alimentação, hospedagem, materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

- 4.4 O Município poderá exigir, a qualquer tempo, a substituição e/ou o afastamento de profissionais da equipe da empresa contratada, mediante justificativa formal, sem quaisquer ônus adicionais, nos casos em que forem constatadas condutas inadequadas ou falhas na execução dos serviços.
- 4.5 É vedada a subcontratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, especialmente aqueles relacionados à operação, configuração e manutenção do sistema de videomonitoramento.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente.
- 5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim
- 5.4 O cronograma de execução das etapas será organizado pelo responsável pela fiscalização do contrato.
- 5.5 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 5.6 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o fiscal do contrato dará ciência ao Contratado, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.
- 5.7 O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei nº 14.133/21.
- 5.8 Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133/21, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

- 5.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
- 5.10 O Contratante reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste termo de referência, do instrumento convocatório e de seus anexos, e da proposta comercial do Contratado.
- 5.11 A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada pela **fiscal do contrato Sr(a). Fernando Pertuzzati**, Diretor do Departamento de Cultura.

6 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 6.1 O critério de medição será conforme entrega dos serviços, na forma parcelada, após realização das etapas previstas conforme tabela de descrição do objeto.
- 6.2 Poderá ser realizada retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada no recebimento do objeto deste edital, com base nos critérios e requisitos estabelecidos neste documento.
- 6.3 A medição dos serviços ficará cargo do(s) fiscal(s) de contrato, respeitando o período mínimo mensal, conforme andamento da execução do objeto.

7 DO RECEBIMENTO

- 7.1 Os serviços serão recebidos pelos fiscais de contrato que farão a verificação do cumprimento das exigências do Termo de Referência, Contrato e demais documentos que fazem parte do processo.
- 7.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição da parcela até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas pelos fiscais.
- 7.4 Cabe ao fiscal comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

- 7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8 LIQUIDAÇÃO

- 8.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente dará o correto andamento para a liquidação.
- 8.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento.
- 8.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus à contratante;

9 PRAZO DE PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, conforme cronograma de pagamentos do Município, após a entrega do objeto licitado, conforme critérios de medição, entrega do documento fiscal correto e da finalização da liquidação da despesa.

10 FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e contracorrente, indicados pelo CONTRATADO.
- 10.2 Se a empresa não for optante do simples nacional deverá destacar na nota fiscal a alíquota da IRRF a ser retido pelo município, conforme IN 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 4.210/2022. Sob pena de devolução do documento.

11 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 12 A contratação dar-se-á na forma de DISPENSA DE LICITAÇÃO por tratar-se de prestação de serviço e aquisição de material comum, decorrente de demanda pontual, cujo valor estimado é inferior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), em acordo com o Art. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/21, atualizado pelo Decreto Nº 12.343/24, e em observância aos incisos I e II, § 1º, do Art. 75, caput, da Lei nº 14.133/21;
- 13 A seleção do fornecedor nos termos do inciso IV, § 3º, § 5º, do Art. 5º, e § 3º, do Art. 7º, do Decreto Municipal Nº 4.354/23, durante a aferição dos valores estimados da contratação, concomitantemente a escolha do contratado com proposta economicamente mais vantajosa.



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

14 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 14.1 A empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
- a) Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
 - b) Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações ou o que vier a substituí-lo na forma da lei. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
 - c) Cópia do CPF e RG do responsável pela assinatura do contrato;
 - d) Comprovante de residência do responsável pela assinatura do contrato;
 - e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos da União;
 - f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede do licitante;
 - g) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
 - h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - i) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS);
 - j) Certidão Negativa Correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);

15 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 15.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 58.892,60 (cinquenta e oito mil e oitocentos e noventa e dois reais) conforme detalhado em proposta comercial, anexo do Documentos de Formalização de Demanda.

16 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1 As despesas decorrentes da contratação correrão por conta do orçamento vigente da através(s) da(s) seguinte(s) dotação(s):

PA: 2005, 2012, 2092, 2044, 2055, 2057, 2133

CD: 3390.39.59.00.00.00, 3390.40.07.00.00.00, 4490.52.33.00.00.00, 3390.30.29.00.00.00.

17 ANEXOS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

- 17.1 Documento de Formalização de Demanda e anexos



ESTADO RIO GRANDE DO SUL
MUNICIPIO RODEIO BONITO

John Lenon Triz
Setor de Licitações
Responsável pela elaboração deste TR